

I. Nota Introdutória

Qualquer análise técnica, para mais quando se pretende que da mesma resulte um juízo sério de prognose quanto à evolução de dados e instrumentos centrais na vida de determinada instituição, pressupõe a assunção de um conjunto de pressupostos claros que permitam balizar com imprescindível clareza o percurso que se procura (procurou) seguir.

Para que claramente compreendamos o que assim se quer dizer – e as honras de abertura atribuídas a esta constatação – ponderemos no caso vertente:

É-nos pedida uma projeção sobre a situação financeira do Município do Barreiro no horizonte de catorze anos.

Mais, são-nos pedidas medidas de carácter financeiro, bem como a aferição do seu impacto nas contas da autarquia. Medidas que equilibrem o orçamento, maximizem receitas e suprimam despesas.

Mas o que nos é dado em troca? i.e., Que quadro concetual (também ele económico-financeiro, mas igualmente administrativo, jurídico ou político) deve servir de pano de fundo a este trabalho – mesmo no curto-prazo?

E, por outro lado, como se posiciona – num determinado percurso lógico-histórico – o Município do Barreiro face ao que é solicitado? Como chegou (como chegámos) até aqui? Que consequências nos advirão da escolha deste caminho em detrimento doutro?

Valerá a pena, parece-nos, procurar responder a estas duas questões antes de sequer tentar dar resposta a qualquer outra.

O Município do Barreiro construiu ao longo dos anos uma política de serviço público assente, no essencial, em quatro pilares centrais:

- a) Uma aproximação às comunidades locais, assente numa estratégia de aprofundamento da participação, democracia e cidadania;
- b) Um reforço do seu papel enquanto centralidade no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa e da Região de Setúbal;
- c) Uma consolidação da ligação do Município aos agentes e atores locais: o Movimento Associativo, a Comunidade Educativa, a Juventude, as IPSS's, etc¹;

¹ Mais de duzentas entidades.

- d) Uma aposta permanente no serviço público enquanto modelo de qualidade e excelência.

Através deste percurso, logrou, no essencial,

- a) Assegurar uma aproximação dos poderes públicos e das instâncias de democracia representativa aos cidadãos, descentralizando sessões de Câmara, realizando opções participadas bem como múltiplas visitas, reuniões e encontros com IPSS's e movimento associativo, entre outras, auscultando para lá das imposições legais;
- b) Construir, através dos Serviços Municipalizados, uma rede de transportes públicos com uma taxa de cobertura financeira de 106% no primeiro semestre de 2012, uma abrangência de quase 100% da área do Concelho, em funcionamento 22h/dia, transportando 40.000 pessoas/dia e servindo as populações em movimento pendular de e para Lisboa (1/3), a comunidade estudantil (1/3) e os movimentos internos de populações locais (1/3);
- c) Assumir uma visão de desenvolvimento para o concelho e para a cidade através da afirmação de dois eixos que consideramos estratégicos:
 - 1 – A regeneração, com recurso a instrumentos de gestão territorial, das antigas áreas industriais e ferroviárias (PUTQAE), com espaços de empregabilidade qualificada, pólos geradores de riqueza abertos e integrados na cidade, recorrendo, para isso, a políticas urbanísticas e estratégias de articulação e cooperação entre estruturas da administração central e coordenação regional, muitas de carácter setorial e nacional, ampliando o potencial de desenvolvimento económico que o Barreiro detém;
 - 2 - Interpretar as frentes de rio do concelho como áreas de riqueza económica ligadas as recursos pesqueiros e marisqueiros, à manutenção naval e à riquíssima atividade desportiva que, sendo uma realidade, está ainda longe de aproveitar todos os seus recursos.
- d) Classificar o território da Mata da Machada e Sapal do Rio Coina enquanto Área Protegida Local;
- e) Regenerar a zona central da Cidade no segmento Av. Alfredo da Silva/Rua Stara Zagora, construir o novo Mercado Municipal 1º de Maio e praça adjacente, bem como as zonas de Verderena e Santo André (intervensões Polis e Continente), implementar o atravessamento do território da Baía do Tejo ou

- assegurar a instalação do Barreiro Retail Planet e reabilitação da zona envolvente;
- f) Alargar a rede pública de ensino pré-escolar em 15 novas salas (2005-2012);
 - g) Reabilitar, através da realização de intervenções de fundo, 3² estabelecimentos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, e assegurar intervenções de manutenção permanentes na totalidade do parque escolar do primeiro ciclo do Concelho³;
 - h) Contribuir para a manutenção de um número elevado de praticantes de atividades desportivas junto do Movimento Associativo⁴, particularmente nas áreas formativas;
 - i) Manter e melhorar a rede de equipamentos municipais, entre os quais se contam, nomeadamente, o Auditório Municipal Augusto Cabrita, as piscinas municipais, o pavilhão Luís de Carvalho, a galeria municipal, o Espaço J ou a rede de bibliotecas municipais, entre outros;
 - j) Contribuir para o aumento da atividade de produção artística local – designadamente formativa⁵;
 - k) Apoiar, muitas vezes para lá das nossas próprias competências, entidades com uma ação determinante no bem-estar de franjas particularmente fragilizadas da população⁶
 - l) Consolidar a Universidade da Terceira Idade do Barreiro enquanto espaço central de socialização de uma camada crescente da população (638 alunos em 2011, 703 em 2012);
 - m) Consolidar um sistema de captação, distribuição e abastecimento de águas com uma cobertura territorial superior a 95%;

² Renovação integral das Escolas Rita Seixas e Penalva e construção de quatro novas salas de pré-escolar na Escola nº9.

³ Vinte escolas.

⁴ Olhando apenas ao atletismo, este número cifrava-se em 2011 nos 1521 praticantes;

⁵ Em 2011, p.e., o ArteViva – Companhia de Teatro do Barreiro, subsidiada pelo Município, estreou três produções, obtendo um total de 6640 espetadores, tendo ainda oito turmas na sua escola de teatro, com um total de 150 alunos.

A Escola de Jazz do Barreiro, por seu lado, via o número dos seus alunos fixar-se, no mesmo ano, 110.

No mesmo ano, a Banda Municipal do Barreiro realizava 17 atuações (mais quatro que no ano anterior) e via o número dos seus alunos subir para 24.

⁶ Recorde-se o trabalho da Santa Casa da Misericórdia do Barreiro, da Rumo, da Nós ou da Persona, entre outras.

- n) Consolidar um sistema de drenagem de águas residuais com uma cobertura territorial superior a 80% ao qual se juntará, a breve trecho, a entrada em funcionamento da ETAR Barreiro/Moita;
- o) Delegar para as oito Juntas de Freguesia do Concelho, acompanhadas de recursos financeiros e humanos, um conjunto alargado de competências;

Mais, logrou fazê-lo enquanto, paralelamente, procurava criar as condições indispensáveis à construção de uma situação de equilíbrio orçamental.

Reduzindo o volume de aquisições, internalizando serviços, racionalizando o volume de subsídios, concentrando instalações, limitando a dimensão da frota, intervindo paulatinamente em todos os contratos celebrados ou a renovar no sentido da contração dos seus impactos financeiros, potenciando os instrumentos de produção ou cobrança de receita, adoção de plataformas de contratação pública, procurando, em suma, gerir cada vez melhor e cada vez com um maior grau de conhecimento.

E isto quando, simultaneamente, via reduzidas as transferências do Orçamento de Estado (OE) em mais de €1.000.000,00⁷, assistia a um crescimento dos encargos com a cobrança de IMI de 5% (tal crescimento, ainda que imputado aos encargos com o processo extraordinário de reavaliação de imóveis, traduz, em verdade, um crescimento de encargos entre 2011 e 2012 de 2,5% para 7,5%⁸) e sujeitava-se à subidas das taxas máximas de IVA⁹ nos combustíveis e na energia, as quais absorveram quase integralmente as medidas tomadas em áreas como a frota municipal (utilização e, mesmo, dimensão) ou a iluminação pública.

A estes acréscimos de custos, aliás, devia somar-se ainda, a não liquidação das verbas devidas ao Município pelo Ministério da Educação¹⁰ ou as taxas com que, designadamente ao longo dos anos de 2009 e 2010, foi confrontado¹¹ e que resultaram, objetivamente e na sua maior parte, num encargo acrescido e sem qualquer contrapartida efetiva para as populações e cidadãos sobre os quais as mesmas se repercutem¹².

⁷ De €10.444.095,00 recebidos em 2010, apenas €9.921.881,00 foram recebidos em 2011, estimando-se o recebimento de €9.429.943,00 em 2012.

⁸ Tendo sido de €195.395,21 em 2011, estes encargos serão, em 2012, de 607.480,00.

⁹ De 6% em 2011 para 23% em 2012

¹⁰ Compulsadas atualmente em € 318.682,50.

¹¹ Refira-se, a título de exemplo, a Taxa de Controlo da Qualidade da Água ou a Taxa de Resíduos

¹² Os quais, fruto das alterações introduzidas pelo Estado nos contratos de concessão de energia celebrados com as operadoras da área, tinham visto já ser repercutido sobre si os montantes que as mesmas tinham sido, ao longo dos anos, condenadas em todas as instancias judiciais a pagar às autarquias.

Contudo, não obstante a descrita concorrência de fatores contrários entre si – em muitos casos com efeitos anuladores recíprocos – pensamos que a realidade, como se demonstrará adiante, é que o Município do Barreiro tem criado as condições para que, no final de 2012, se alcance um volume de receitas superior ao montante dos compromissos assumidos no mesmo período.

Isto é, em equilíbrio ou muito próximo deste.

Mas este equilíbrio é, ou pode ser, tendencialmente precário.

Não por um abrandamento do nosso esforço ou por incúria na gestão.

Ao invés, as medidas até aqui adotadas, na receita e na despesa, devem ser prosseguidas e, sempre que possível, aprofundadas, ainda que, algumas delas tenham um limite no quadro do serviço público de qualidade que nos cabe prestar.

Mas fala-se hoje da necessidade de introduzir alterações à Lei das Finanças Locais, nomeadamente ao modelo de financiamento das autarquias, da reorganização administrativa do território, das novas competências dos Municípios.

Da mesma forma, desconhece-se o percurso que muita da legislação hoje em vigor, alguma com carácter extraordinário, terá no médio ou mesmo no curto prazo.¹³

Optámos, tendo em conta as dúvidas referidas e no que concerne às variáveis exógenas e endógenas à intervenção do Município, por fixar um conjunto de pressupostos que balizaram as projeções realizadas:

- a) Valores constantes de transferências de OE;
- b) Manutenção do quadro legislativo atualmente em vigor, independentemente do seu eventual carácter extraordinário;
- c) Progressão salarial na administração local de 1,5% a partir de 2013 e de 2% de 2016 em diante;
- d) Todas as projeções, excetuando as devidamente assinaladas, foram efetuadas a preços constantes, tendo em conta a incerteza da taxa de inflação;
- e) Pagamento das dívidas de curto prazo;
- f) Injeção de meios financeiros na vida económica;
- g) Possibilidade de utilizar a previsão a 100% da receita própria prevista e executada;

¹³ Endividamento líquido, recursos humanos, etc...

- h) Redução do valor das aquisições em 20%, fruto da redução dos prazos de pagamento, limitando-se este valor para efeitos deste estudo, a 5%.

Importa encerrar a presente nota introdutória com uma última reflexão.

Fruto do trabalho realizado e do comportamento previsível de receitas e despesas nos próximos anos, teríamos condições para, por nós próprios e sem recurso a qualquer programa de apoio, liquidar, num horizonte de cinco anos, a dívida atual do Município, garantida que está há vários meses a sua contenção e mesmo a sua redução constante.

Fazendo-o, e assumindo o esforço que tal implicaria, libertávamo-nos das consequências de um novo empréstimo, designadamente no serviço da dívida.

Sabemos, contudo, que tomando esta opção estaríamos a pedir aos nossos fornecedores, mesmo que criteriosamente, para suportarem um esforço adicional que lhes não deve ser exigido. Para mais quando uma incerteza persistente quanto à evolução da situação social, política e económica do país tornam impossível prestar, a este título, qualquer tipo de garantias.

Este é, no essencial, um trabalho de previsão que pode ser revisto, se necessário, anualmente.

Um trabalho no qual, procurámos ser conservadores. Conservadores nos valores, não nas medidas.

As medidas, aliás, estão no fundamental, tomadas e concretizadas, aguarda-nos agora, um trabalho de acompanhamento, se necessário, anual, quanto ao impacto e dimensão das mesmas.

II. Plano de Ajustamento

O Município do Barreiro realizou, desde 2006 e particularmente a partir de 2010, um enorme esforço de inversão da sua posição orçamental.

Foi um trabalho particularmente difícil.

Fruto do mesmo, contudo, podemos hoje dizer que possuímos uma posição orçamental tendencialmente equilibrada.

Intervimos nas componentes de receita e despesa e reforçámos o nosso controlo sobre a execução e comportamento de ambas.

De 2010 a esta parte, e sem prejuízo da existência de medidas que podem e devem continuar a ser esboçadas e concretizadas, podemos afirmar que intervimos, transversalmente em todas as áreas de atuação do Município, procedendo a um trabalho profundo de reponderação e, em alguns casos, mesmo de reinvenção das formas e modelos de trabalhar e de conceber a prestação do serviço público.

Este percurso, de forma introdutória, podemos hoje plasmá-lo nos resultados financeiros apurados no mês de Agosto. Efetivamente, uma comparação entre a receita arrecadada (€23.988.569,00) e os compromissos assumidos e correspondentes ao mesmo período (€23.998.759,00) – mesmo sem entrar em linha de conta com particularidades relativas à arrecadação da receita municipal, designadamente a sua sazonalidade – revela a aproximação entre ambos os segmentos, sustentando para lá de qualquer dúvida as afirmações anteriores.

Aliás, valerá a pena afirmar ainda que é este equilíbrio, paulatinamente construído ao longo do tempo, que nos permite hoje, em rigor, decidirmo-nos pela submissão do presente pedido no âmbito do PAEL.

Até porquanto, em rigor, apenas a pré-existência das condições de equilíbrio supra identificadas, permitem dotar qualquer um dos programas do PAEL, de real utilidade, assegurando que o mesmo não se transforma num fator de agravamento de situações e realidades cuja aproximação e resolução deve ser procurada por outras vias.

O PAEL é, e só assim o entendemos, um programa de regularização de dívida, não um instrumento para a superação de problemas estruturais.

Recorrendo ao PAEL assumimos e afirmamos dois pressupostos centrais:

- a) A construção prévia, mercê dum processo de esforço próprio, de uma situação tendencial de equilíbrio orçamental;

- b) A necessidade, nomeadamente visando a consolidação do princípio anterior, de proceder à liquidação de um determinado volume de dívida a fornecedores para o qual se mostra imprescindível o recurso ao crédito.

Neste mesmo sentido, e como se terá oportunidade de verificar adiante, as medidas e a estratégia central que preconizaremos para os próximos catorze anos prosseguem, aprofundando no essencial, as medidas e a linha de trabalho adotadas nos últimos dois, adequando-as aos limites que a prestação que um serviço público de qualidade impõe.

Olharemos assim, seguidamente, o conjunto de ações que, consubstanciando no seu conjunto o PLANO a que alude a Lei 43/2012 de 28 de agosto, regulamentada pela Portaria nº281-A/2012 de 14 de Setembro, nos propomos levar à prática no período de execução do PAEL.

Debruçar-nos-emos, primeiro, sobre aquelas que integram a componente despesa, lançando-nos, depois, sobre as relativas à receita, terminando com uma análise das intervenções propostas sobre alguns instrumentos de controlo e gestão.

Reiteramos, contudo, que tanto a análise da despesa como da receita traduzem já, no essencial, uma linha de trabalho prévia, pelo que o grau da sua execução nos próximos anos deve, necessariamente, ser avaliado no contexto lógico-temporal da sua adoção e implementação num momento anterior ao presente.

DESPESA

Reestruturação (Lei 49/2012 de 29 de Agosto)

O número 1 do artigo 25º da Lei 49/2012 de 29 de agosto impõe que os Municípios aprovem até 31 de Dezembro de 2012 a adequação das suas estruturas aos limites fixados nos artigos 6º a 9º da mesma.

O Município do Barreiro possui atualmente 37 Unidades Orgânicas das quais 30 se encontram providas com titulares de cargos dirigentes.

Olhando aos limites introduzidos pela nova legislação, vemos que, no futuro e independentemente da aplicação de mecanismos de adequação, o número de Unidades Orgânicas tenderá a reduzir-se a 13, representando uma redução de 65%.

Ora, tendo em conta o vencimento médio de um técnico superior¹⁴ bem como a redução supra referida e, ainda, a possibilidade de recurso aos mecanismos de adequação constantes do artigo 25º do mesmo diploma legal, constata-se que, entre 2013 e 2017, os custos com pessoal dirigente tenderão a contrair-se de €267.228,00 para €125.155,38 (cfr. Quadro 1).

Quadro 1 – Evolução n.º de dirigentes

Ano	N.º Unidades Orgânicas				N.º Dirigentes	Δ%	
	Nucleares	Flexíveis	Equipas multidisciplinares	Total			
2009	7	26	4	37	31		
2010	7	26	4	37	33	6,45%	
2011	8	26	4	38	32	-3,03%	
2012	1.º semestre	8	26	4	38	31	-3,13%
	2.º semestre	8	25	4	37	30	-3,23%
	Total	8	25	4	37	30	
2013	8	25	4	37	26	-13,33%	
2014					19	-26,92%	
2015					18	-5,26%	
2016					13	-27,78%	
2017					13	0,00%	
2018					13	0,00%	
2019					13	0,00%	
2020					13	0,00%	
2021					13	0,00%	
2022					13	0,00%	
2023					13	0,00%	
2024					13	0,00%	
2025					13	0,00%	
2026					13	0,00%	

Recursos Humanos

Em 2009 o Município do Barreiro tinha, no seu quadro, 846 trabalhadores.

Fruto de uma política de admissões restritiva, este número manteve-se globalmente estável até início de 2012.

¹⁴ €1.819,38.

Ao longo de 2012, fruto da aplicação da redução obrigatória de 2% do número de trabalhadores constante do Orçamento de Estado, este número veio a decrescer estimando-se que, até final do ano, venha a cifrar-se em 811 trabalhadores.

A aplicação da mesma norma em 2013¹⁵ obrigará a uma nova redução que, de acordo com as projeções efetuadas e tendo em conta os dados disponíveis, conduzirá o número de trabalhadores ao serviço em 794. (cfr. Quadro 2)

É nossa intenção proceder, então e sem prejuízo de eventuais alterações que se venham a verificar no quadro de competências das autarquias, à estabilização do número de trabalhadores no volume apurado, assegurando-se que por cada saída se procederá a uma nova admissão e aproximando-o, enquanto princípio geral, da existência de 10 trabalhadores por cada 1000 habitantes.

Quadro 2 – Evolução n.º de trabalhadores

Ano	N.º trabalhadores	Δ%
2009	846	
2010	889	5,08%
2011	846	-4,84%
2012	1.º semestre	-1,77%
	2.º semestre	-2,41%
	Total	811
2013	794	-2,10%
2014	794	0,00%
2015	794	0,00%
2016	794	0,00%
2017	794	0,00%
2018	794	0,00%
2019	794	0,00%
2020	794	0,00%
2021	794	0,00%
2022	794	0,00%
2023	794	0,00%
2024	794	0,00%
2025	794	0,00%
2026	794	0,00%

¹⁵ Uma vez mais por recurso exclusivo a aposentações.

O quadro 3 permite ainda refletir os encargos financeiros da política de admissões assim delineada, sendo os valores constantes do mesmo apurados tendo por referência as disposições legais atualmente em vigor independentemente do seu caráter eventualmente extraordinário às quais se soma, a partir de 2014, um aumento de 1,5% ao ano na massa salarial, subindo para 2% em 2016.

Quadro 3 – Evolução massa salarial

(Valores em euros)

Ano	Remunerações certas e permanentes	Trabalho extraordinário e ajudas de custo	Prestações sociais	Segurança social	Encargos com saúde	Total	Δ%	
2009	12.746.539,55	442.643,06	196.690,52	2.080.319,85	793.640,65	16.259.833,63		
2010	12.722.998,45	409.118,79	209.370,26	2.305.189,98	1.432.940,10	17.079.617,58	5,04%	
2011	12.719.241,07	320.245,11	124.038,91	1.841.057,44	1.311.167,76	16.315.750,29	-4,47%	
2012	1.º semestre	5.622.629,12	82.032,02	68.812,59	800.218,07	381.823,75	6.955.515,55	
	2.º semestre	5.514.783,21	113.677,98	120.187,41	1.059.781,93	1.964.975,16	8.773.405,69	
	Total	11.137.412,33	195.710,00	189.000,00	1.860.000,00	2.346.798,91	15.728.921,24	-3,60%
2013	10.943.084,00	190.700,00	151.500,00	1.821.011,00	628.173,42	13.734.468,42	-12,68%	
2014	11.107.230,26	193.560,50	153.772,50	1.848.326,17	480.000,00	13.782.889,43	0,35%	
2015	11.273.838,71	196.463,91	156.079,09	1.876.051,06	480.000,00	13.982.432,77	1,45%	
2016	11.442.946,29	199.410,87	158.420,27	1.904.191,82	480.000,00	14.184.969,26	1,45%	
2017	11.671.805,22	203.399,08	161.588,68	1.942.275,66	480.000,00	14.459.068,64	1,93%	
2018	11.905.241,32	207.467,07	164.820,45	1.981.121,17	480.000,00	14.738.650,02	1,93%	
2019	12.143.346,15	211.616,41	168.116,86	2.020.743,60	480.000,00	15.023.823,02	1,93%	
2020	12.386.213,07	215.848,73	171.479,20	2.061.158,47	480.000,00	15.314.699,48	1,94%	
2021	12.633.937,34	220.165,71	174.908,78	2.102.381,64	480.000,00	15.611.393,47	1,94%	
2022	12.886.616,08	224.569,02	178.406,96	2.144.429,27	480.000,00	15.914.021,34	1,94%	
2023	13.144.348,40	229.060,40	181.975,10	2.187.317,86	480.000,00	16.222.701,76	1,94%	
2024	13.407.235,37	233.641,61	185.614,60	2.231.064,21	480.000,00	16.537.555,80	1,94%	
2025	13.675.380,08	238.314,44	189.326,89	2.275.685,50	480.000,00	16.858.706,91	1,94%	
2026	13.948.887,68	243.080,73	193.113,43	2.321.199,21	480.000,00	17.186.281,05	1,94%	

Nota: Os encargos com saúde do 2.º semestre de 2012 e 2013, incluem os valores a liquidar à ADSE no âmbito do PAEL

Trabalho Extraordinário

Um olhar ao impacto financeiro do trabalho extraordinário no período 2009/2012 permite, mesmo à primeira vista, detetar uma redução significativa do mesmo.

Contudo, e porque legitimamente pode ser aduzida a questão da redução do próprio valor – designadamente em 2012 – do trabalho extraordinário, importa averiguar aqui, mais do que o impacto financeiro, o número de horas efetivamente trabalhadas.

Estas, como resulta do quadro 4, reduziram-se 31,60% entre 2009 e 2012.

No essencial, esta redução traduz uma reorganização da forma e do modelo de prestação (ou realização) de tarefas e competências concretas, incluindo, entre outras, a promoção da adoção de horários flexíveis e/ou desfasados para trabalhadores inseridos em atividades específicas.

De futuro, propõe-se a estabilização do número de horas trabalhadas em 2012 como valor referência para os anos seguintes, assumindo-se, à semelhança do que se fez para todos os recursos humanos, que o valor do trabalho extraordinário corresponderá ao atualmente fixado.

Quadro 4 – Evolução n.º de horas extraordinárias

Ano	N.º de horas	Δ%
2009	43.860	
2010	40.388	-7,92%
2011	31.968	-20,85%
2012*	30.000	-6,16%

* - valor estimado

Quadro 5 – Evolução custo horas extraordinárias e ajudas de custo

(Valores em euros)

Ano	Trabalho extraordinário e ajudas de custo	Δ%
2009	442.643,06	
2010	409.118,79	-7,57%
2011	320.245,11	-21,72%
2012	1.º semestre	82.032,02
	2.º semestre	113.677,98
	Total	195.710,00
2013	190.700,00	-2,56%
2014	193.560,50	1,50%
2015	196.463,91	1,50%
2016	199.410,87	1,50%
2017	203.399,08	2,00%
2018	207.467,07	2,00%
2019	211.616,41	2,00%
2020	215.848,73	2,00%
2021	220.165,71	2,00%
2022	224.569,02	2,00%
2023	229.060,40	2,00%
2024	233.641,61	2,00%
2025	238.314,44	2,00%
2026	243.080,73	2,00%

Despesas de Funcionamento

O Município incorre, naturalmente, num conjunto de despesas de funcionamento, inerentes à sua própria atividade e às suas atribuições centrais, nas quais, tomando-as num sentido amplo, poderemos identificar os serviços de limpeza e vigilância, a manutenção de espaços verdes ou a existência de uma carteira de seguros.

Também aqui interviemos.

Olhando, dentre as ações identificadas, duas daquelas que possuem maior dimensão (limpeza e vigilância) verificamos que, entre 2009 e 2012 o Município promoveu uma redução nos valores globalmente despendidos na ordem dos 76,40%, traduzível numa poupança de €837.153,80/ano.

Efetivamente, se os contratos de limpeza de instalações Municipais viram-se reduzidos de valores na casa dos €393.96,00/ano em 2009 para € 237.406,08/ano em 2012¹⁶, já os serviços de vigilância, que ascendiam em 2009 ao valor/ano de €701.755,92, reduzem-se, hoje, a €35.556,00/ano.

Paralelamente, também os serviços de manutenção de espaços verdes conheceram em 2012 uma redução de €56.950,00, a qual, tendo em conta o valor global dos mesmos fixado em cerca de € 210.000,00, representa uma redução de aproximadamente 25%.

Tendo em conta os contratos celebrados e os objetivos gerais de equilíbrio financeiro preconizados pelo Município, foi ainda elaborado um plano de revisão de todos os contratos de aquisição de serviços que venham a celebrar-se ou renovar-se doravante através do qual se pretende alcançar em 2013 uma redução adicional de 5%, alargando-a, em 2016, a 10% do valor global atual dos mesmos e estabilizando-a daí em diante.

¹⁶ Tendo-se assistido neste mesmo ano ao início da internalização do processo de limpeza das instalações municipais, abrangendo, neste momento, 6 edifícios.

Quadro 6 – Evolução dos valores dos contratos

(Valores em euros)

Ano	Valor	Δ%
2009	3.797.496,35	
2010	3.590.112,48	-5,46%
2011	3.480.121,57	-3,06%
2012*	1.600.000,00	-54,02%
2013	1.520.000,00	-5,00%
2014	1.520.000,00	0,00%
2015	1.520.000,00	0,00%
2016	1.368.000,00	-10,00%
2017	1.368.000,00	0,00%
2018	1.368.000,00	0,00%
2019	1.368.000,00	0,00%
2020	1.368.000,00	0,00%
2021	1.368.000,00	0,00%
2022	1.368.000,00	0,00%
2023	1.368.000,00	0,00%
2024	1.368.000,00	0,00%
2025	1.368.000,00	0,00%
2026	1.368.000,00	0,00%

* - Valor estimado até final de 2012

No que concerne à intervenção nas despesas de funcionamento importa ainda ter em conta os passos dados e as decisões assumidas na gestão de um conjunto de arrendamentos onde o Município assumia a posição de inquilino.

Assim, tendo em conta os valores globais em cada ano, verificamos que, entre 2009 e 2012, os valores envolvidos reduziram-se progressivamente de €293.679,32 para €201.874,70, sendo previsível que, ainda em 2012, se alcance a fasquia dos €200.000,00.

Quadro 7 – Evolução dos valores das rendas

(Valores em euros)

Ano	Valor	Δ%
2009	293.679,32	
2010	287.842,44	-1,99%
2011	285.284,56	-0,89%
2012	201.874,70	-29,24%
2013	200.000,00	-0,93%
2014	200.000,00	0,00%
2015	200.000,00	0,00%
2016	200.000,00	0,00%
2017	200.000,00	0,00%
2018	200.000,00	0,00%
2019	200.000,00	0,00%
2020	200.000,00	0,00%
2021	200.000,00	0,00%
2022	200.000,00	0,00%
2023	200.000,00	0,00%
2024	200.000,00	0,00%
2025	200.000,00	0,00%
2026	200.000,00	0,00%

Aquisições

Uma análise aos compromissos efetuados nos anos de 2011 e 2012 permite, mesmo à primeira vista, detetar uma redução do volume de compromissos na ordem dos €4.381.570,00.

Traduzindo uma racionalização e o exercício dum controlo acrescido sobre todos os processos aquisitivos, a redução detetada comporta, no essencial, uma alteração do próprio paradigma de realização de despesa, fazendo-a depender em cada momento das receitas efetivamente arrecadadas ou sobre as quais exista uma expectativa fundada de realização.

Sendo intenção do Município adotar o valor das aquisições em 2012 como valor referência para períodos futuros – admitindo-se que, abaixo do mesmo, se pode fazer perigar para lá do aceitável a assunção dum leque de competências nodais da própria razão de ser do poder local democrático – constata-se todavia que uma eventual (e previsível) inversão da política de pagamentos do Município (com redução drástica dos prazos médios de pagamento) decorrente do recurso ao PAEL e da conseqüente eliminação de todos os pagamentos exigíveis no médio prazo, terá ainda a virtualidade de reduzir, significativamente, os valores base pelos quais o Município procede à aquisição de bens e serviços.

Em verdade, se podemos estimar tal redução, genericamente, em valores na ordem dos 20% a 30%, optámos, para efeitos do presente PLANO e por cautela, por estimá-la em 5% dos montantes despendidos com aquisições em 2012, sendo este o valor final a considerar para os anos de 2013 e 2014, estabilizando o valor até ao final do programa.

Quadro 8 – Evolução das aquisições

(Valores em euros)

Anos	Total	Δ%
2009	2.414.431,05	
2010	2.071.751,71	-14,19%
2011	1.366.715,88	-34,03%
2012*	794.213,54	-41,89%
2013	754.502,86	-5,00%
2014	716.777,72	-5,00%
2015	716.777,72	0,00%
2016	716.777,72	0,00%
2017	716.777,72	0,00%
2018	716.777,72	0,00%
2019	716.777,72	0,00%
2020	716.777,72	0,00%
2021	716.777,72	0,00%
2022	716.777,72	0,00%
2023	716.777,72	0,00%
2024	716.777,72	0,00%
2025	716.777,72	0,00%
2026	716.777,72	0,00%

* - valor estimado até ao final de 2012

Consumos Próprios

Existe um conjunto de consumos – de combustível, gaz, energia, etc – imprescindível à realização das tarefas e atribuições acometidas ao Município.

Iniciámos, em 2010, o processo tendente à racionalização e contenção destes custos, não obstante se constate que, em alguns casos, a redução obtida é integralmente consumida pelo concomitante aumento de impostos (IVA designadamente) associados à utilização dos bens em referência.

Neste sentido, e tomando por exemplo os consumos de energia, verificamos que, no terceiro trimestre de 2012 e pela primeira vez, os valores afetos aos consumos com iluminação pública, não obstante o aumento do IVA, conheceram uma redução face ao período homólogo de €224.438,68 para €189.048,17.

Quadro 9 – Evolução custos com iluminação pública

(valores em euros)

Ano	Iluminação pública					Δ%
	1.º Trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre	Total	
2009	141.317,20	147.355,98	152.596,79	146.756,29	588.026,26	
2010	161.527,36	242.018,12	145.864,55	212.527,87	761.937,90	29,58%
2011	250.959,95	191.539,77	224.438,68	233.706,61	900.645,01	18,20%
2012*	295.244,03	221.227,60	189.048,17	190.000,00	895.519,80	-0,57%

* - valor estimado para o 4.º trimestre

Da mesma forma, os consumos de combustíveis para a frota municipal, contraíram-se face ao ano anterior em mais de 21%, para o que contribuiu não só, genericamente, a menor utilização de veículos mas, bem assim, a supressão de turnos na recolha de resíduos sólidos urbanos.

Aliás, a gestão da própria frota foi reestruturada tendo em conta a necessidade de limitação de custos associados, tendo-se procedido, entre os anos de 2009 e 2012, ao abate de 14 viaturas.

Quadro 10 – Evolução consumo de gasóleo

(litros consumidos)

Ano	Litros de gasóleo consumidos	Δ%
2011*	121.830,81	
2012*	95.724,03	-21,43%

* - valores referentes ao 1.º semestre de cada ano

Contudo, em todos os casos referidos encontram-se, ainda, a ser adotadas medidas tendentes à readequação dos bens existentes às disponibilidades financeiras do Município, encontrando-se em fase de implementação um Plano de Eficiência Energética através do qual o município do Barreiro pretende reduzir o consumo de energia em 123 GWh/ano e cerca de 31 kt de CO₂ emitidos, traduzindo-se numa redução de 31% em relação ao ano referência de 2008 (Doc.1, em anexo), ou à estabilização dos consumos de combustíveis em menos 30% dos valores apurados em 2011 e a introdução de regras mais restritivas na utilização de veículos da frota municipal.

Apoios

A existência de um Movimento Associativo sólido, amplo e dinâmico tem caracterizado a vida do Barreiro de forma determinante ao longo do último século.

O apoio do Município às suas atividades e a nossa afirmação enquanto parceiros da sua/nossa estratégia de intervenção na vida cultural, desportiva e recreativa Concelho é, para nós, um fator central e um elemento determinante na construção de uma ideia de futuro para o Barreiro.

Ponderar, como nos cabe fazê-lo, os subsídios atribuídos ao Movimento Associativo impõe, concomitantemente, que percebamos o que queremos e até onde poderemos ir.

Entre 2010 e 2012 os apoios ao Movimento Associativo através de contratos programa, conheceram cortes de 51% (cfr. Quadro 11).

Em 2012, face aos valores de 2011, fixou-se um novo patamar para todos os subsídios, limitando-os a € 1.248.458,57 – menos 11,10 % face ao ano anterior.

Não se mostra possível, neste segmento em particular no qual tanto trabalho foi já feito, ir muito mais longe.

Não obstante, tendo em conta as linhas estratégicas e de gestão previamente assumidas, prevemos que, em 2014, se verifique uma redução de mais €150.000,00 face aos valores apurados em 2012.

Quadro 11 – Evolução dos subsídios atribuídos

(Valores em euros)

Ano	Contratos programa	Protocolos	Total	Δ%
2010	204.750,00	1.247.190,72	1.451.940,72	
2011	162.156,00	1.242.167,34	1.404.323,34	-3,28%
2012	100.517,00	1.147.941,47	1.248.458,47	-11,10%
2013	100.517,00	1.147.941,47	1.248.458,47	0,00%
2014	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	-12,01%
2015	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%
2016	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%
2017	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%
2018	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%
2019	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%
2020	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%
2021	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%
2022	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%
2023	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%
2024	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%
2025	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%
2026	100.517,00	997.941,47	1.098.458,47	0,00%

A mesma tendência pode, aliás, ser detetada nas verbas transferidas para as Juntas de Freguesia.

De fato, o aprofundamento e acompanhamento constantes do processo de descentralização de competências, acompanhado duma consciencialização por parte de todos os intervenientes quanto à necessidade de proceder a processos de racionalização e contenção das despesas efetuadas permitiu, entre 2010 e 2012 concretizar uma redução de 23% nas verbas atribuídas¹⁷.

Quadro 12 – Evolução das transferências para as Juntas de Freguesia

(Valores em euros)

Ano	Juntas de Freguesia			Δ%
	Corrente	Capital	Total	
2010	1.097.569,93	575.550,00	1.673.119,93	
2011	1.097.569,93	547.425,00	1.644.994,93	-1,68%
2012	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	-22,46%
2013	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2014	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2015	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2016	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2017	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2018	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2019	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2020	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2021	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2022	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2023	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2024	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2025	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%
2026	1.128.467,53	147.000,00	1.275.467,53	0,00%

¹⁷ Admitimos, contudo, alterações aos valores agora projetados as quais, quando traduzindo tendências de crescimento, serão compensadas por cortes equivalentes noutras componentes da despesa.

Endividamento

Ao longo dos anos, o Município do Barreiro tem vindo a diminuir o capital em dívida de médio e longo prazo, por via do grande volume de amortizações que tem realizado.

Tal afirmação, aliás, é facilmente comprovada pela análise da capacidade de endividamento do Município, a qual está longe de estar esgotada (em Agosto de 2012, a margem de endividamento era de € 3.781.540,09).

De fato, em momento algum o Município do Barreiro deixou de cumprir as suas obrigações quanto ao pagamento do serviço da dívida, assegurando sempre, fruto de um planeamento atempado de tesouraria, a existência das condições indispensáveis à existência, em cada momento, das verbas necessárias para tal liquidação.

Claro que, mercê do recurso ao PAEL, este irá sofrer um aumento que, em 2013, será de € 468.510,00 face a 2011. O mesmo, contudo, sofrerá uma redução que ascenderá a € 1.300.000,00 até 2017.

Para cálculo dos encargos resultantes dos empréstimos existentes, considerou-se os valores atuais fornecidos pelas entidades financeiras.

No que respeita ao PAEL, optou-se por uma taxa de juro de 2,69% (incluindo o spread mencionado neste programa), conforme indicação expressa da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Quadro 13 – Evolução do serviço da dívida

(Valores em euros)

Ano	Outros empréstimos de médio e longo prazo			PAEL			Total			Δ% sobre o total
	Amortização	Juro	Total	Amortização	Juro	Total	Amortização	Juro	Total	
2011	3.068.954,01	315.249,00	3.384.203,01			0,00	3.068.954,01	315.249,00	3.384.203,01	
2012	2.941.956,66	237.889,00	3.179.845,66			0,00	2.941.956,66	237.889,00	3.179.845,66	-6,04%
2013	2.743.707,51	199.253,88	2.942.961,39	645.184,29	286.434,17	931.618,46	3.388.891,80	485.688,05	3.874.579,85	21,85%
2014	2.465.198,59	187.661,66	2.652.860,25	662.656,47	268.962,00	931.618,47	3.127.855,06	456.623,66	3.584.478,72	-7,49%
2015	2.349.471,80	160.689,30	2.510.161,10	680.601,80	251.016,67	931.618,47	3.030.073,60	411.705,97	3.441.779,57	-3,98%
2016	1.489.423,61	129.194,72	1.618.618,33	699.033,11	232.585,36	931.618,47	2.188.456,72	361.780,08	2.550.236,80	-25,90%
2017	1.505.605,78	105.417,66	1.611.023,44	717.963,56	213.654,91	931.618,47	2.223.569,34	319.072,57	2.542.641,91	-0,30%
2018	1.282.153,26	81.270,23	1.363.423,49	737.406,66	194.211,81	931.618,47	2.019.559,92	275.482,04	2.295.041,96	-9,74%
2019	902.912,09	61.006,26	963.918,35	757.376,30	174.242,17	931.618,47	1.660.288,39	235.248,43	1.895.536,82	-17,41%
2020	920.235,23	43.543,18	963.778,41	777.886,73	153.731,74	931.618,47	1.698.121,96	197.274,92	1.895.396,88	-0,01%
2021	882.527,89	26.622,28	909.150,17	798.952,61	132.665,86	931.618,47	1.681.480,50	159.288,14	1.840.768,64	-2,88%
2022	825.963,45	10.420,73	836.384,18	820.588,97	111.029,50	931.618,47	1.646.552,42	121.450,23	1.768.002,65	-3,95%
2023	118.186,09	1.020,37	119.206,46	842.811,26	88.807,21	931.618,47	960.997,35	89.827,58	1.050.824,93	-40,56%
2024	17.842,88	163,85	18.006,73	865.635,35	65.983,12	931.618,47	883.478,23	66.146,97	949.625,20	-9,63%
2025	11.820,05	72,75	11.892,80	889.077,53	42.540,94	931.618,47	900.897,58	42.613,69	943.511,27	-0,64%
2026	5.871,11	75,28	5.946,39	913.154,55	18.463,92	931.618,47	919.025,66	18.539,20	937.564,86	-0,63%

Quadro 14 – Evolução do capital em dívida

(Valores em euros)

Ano	Capital em dívida - Outros empréstimos de médio e longo prazo	Capital em dívida - PAEL	Capital em dívida - Total	Δ%
2011	18.217.275,60		18.217.275,60	
2012	15.275.318,94	7.565.830,43	22.841.149,37	25,38%
2013	12.777.211,83	10.163.144,90	22.940.356,73	0,43%
2014	10.312.013,24	9.500.488,43	19.812.501,67	-13,63%
2015	7.962.541,44	8.819.886,63	16.782.428,07	-15,29%
2016	6.473.117,83	8.120.853,51	14.593.971,34	-13,04%
2017	4.967.512,05	7.402.889,95	12.370.402,00	-15,24%
2018	3.685.358,79	6.665.483,29	10.350.842,08	-16,33%
2019	2.782.446,70	5.908.106,99	8.690.553,69	-16,04%
2020	1.862.211,47	5.130.220,26	6.992.431,73	-19,54%
2021	882.527,89	4.331.267,65	5.213.795,54	-25,44%
2022	153.720,13	3.510.678,69	3.664.398,82	-29,72%
2023	35.534,04	2.667.867,43	2.703.401,47	-26,23%
2024	17.691,16	1.802.232,08	1.819.923,24	-32,68%
2025	5.871,11	913.154,55	919.025,66	-49,50%
2026			0,00	-100,00%

Endividamento líquido

De acordo com os limites estabelecidos pela Lei das Finanças Locais, o Município do Barreiro, em momento algum, ultrapassou o endividamento líquido permitido.

Tal situação é ilustrada no quadro V da candidatura ao PAEL, razão pela qual, não procedemos ao preenchimento dos períodos seguintes.

RECEITA

Receitas de Capital

O Município do Barreiro possui património imóvel edificado identificado para alienação no montante global de € 2.626.130,88¹⁸, ao qual se soma um conjunto de prédios edificados e não edificados em fase de avaliação.

Vendê-lo, de acordo com critérios de razoabilidade, pode vir a ser uma possibilidade.

Importa contudo assegurar que este processo é conduzido e concluído em condições, mormente económicas, vantajosas para o Município. Algo que o momento presente, como já os últimos anos, não parece favorecer.

Paralelamente, e tendo desde logo em conta a forte imprevisibilidade inerente à ação em causa optámos, uma vez mais à cautela, por não fazer repercutir qualquer parte deste valor nas projeções económicas realizadas, aceitando que apenas com a sua concretização efetiva estaremos em condições de computar os proveitos realizados nos dados do respetivo período, afetando-os, apenas então, à realização de investimento.

Rentabilização do Património Municipal

O Município do Barreiro tem promovido uma política de concessão de espaços públicos capaz, por um lado, de promover um aumento da receita própria e, por outro, de valorizar equipamentos destinados à fruição por amplas camadas da população.

Quadro 15 – Evolução das receitas com concessões

(Valores em euros)

Ano	Concessão Mercados	Edifícios/Garagens	Total	Δ%
2010	24.540,55	44.080,54	68.621,09	
2011	33.802,50	49.976,32	83.778,82	22,09%
2012*	45.691,70	56.839,75	102.531,45	22,38%

* - Projeção até final de 2012

¹⁸ Este valor que engloba no essencial as habitações adquiridas no âmbito do PER.

Da análise do quadro 16 constata-se existir ainda uma margem de progressão na receita de € 15.447,12/mês através da concessão de património municipal.

Deste, concretizou-se já a concessão do espaço denominado “Ilha do parque”, com um encaixe anual de €12.000,00, estando em processo de ajuste direto todas as bancas e lojas dos mercados municipais e o espaço de cafetaria do Convento da Madre de Deus da Verderena.

Ainda durante o próximo mês de Outubro serão lançados concursos públicos para concessão dos espaços de cafetaria do Auditório Municipal Augusto Cabrita e da Piscina Municipal do Lavradio, com um valor potencial de € 13.800/ano.

Contudo, tal como se disse relativamente às receitas de capital, sabemos que a atual conjuntura económico-financeira não favorece a concretização da receita agora identificada nos níveis que gostaríamos. A sua utilização e análise de, portanto, ser sempre envolvida na necessária parcimónia.

Quadro 16 – Espaços a concessionar

(Valores em euros)

Local	valor/mês	valor/ano
Mercado do Lavradio	1.267,86	15.214,35
Mercado de Sto André	210,30	2.523,60
Mercado de Coina	120,80	1.449,60
Mercado 25 de Abril	165,00	1.980,00
Mercado Abastecedor	7.140,00	85.680,00
Outros	126,06	1.512,71
Mercado Levante	2.441,50	29.298,00
Mercado 1º de Maio	975,60	11.707,20
Ilha do Parque	1.000,00	12.000,00
Bar do Convento da Madre de Deus da Verderena	850,00	10.200,00
Piscina Lavradio	400,00	4.800,00
Bar do AMAC	750,00	9.000,00
Total	15.447,12	185.365,45

Taxas e Tarifas

Ao longo dos anos de 2009/2010 procedeu-se, de acordo com a legislação em vigor, à realização de Estudo Económico-Financeiro visando a adequação dos montantes e parâmetros de determinação do valor das taxas e tarifas municipais.

À data, fruto deste trabalho, foram revistas todas as taxas e tarifas em vigor no Município, criando, em alguns casos, novas, e extinguindo, noutros, aquelas que não se adequavam já à realidade municipal.

De então para cá, têm as mesmas, para lá de constante acompanhamento – que culminou com nova revisão já em 2012 que as adaptou, designadamente, às normas de licenciamento zero entretanto aprovadas – conhecido os aumentos decorrentes da aplicação das taxas de inflação em vigor.

Já quanto ao seu comportamento económico, no qual importa ter em conta a quebra, drástica mas expetável, do segmento do urbanismo, importa, não obstante, considerar um crescimento, ainda que mitigado, das restantes componentes da receita, ao qual, em verdade, não será alheio o enfoque colocado aquando da revisão de 2010 na criação e efetiva cobrança de um conjunto de tarifas devidas pela utilização de vários serviços e equipamentos municipais.

Quadro 17 – Evolução dos impostos indiretos e taxas

(Valores em euros)

Ano	Impostos indiretos	Taxas	Total	Δ%
2009	3.240.683,88	2.535.315,80	5.775.999,68	
2010	2.718.488,38	2.992.210,77	5.710.699,15	-1,13%
2011	962.328,49	3.545.721,20	4.508.049,69	-21,06%
2012*	1.350.000,00	4.303.947,41	5.653.947,41	25,42%
2013	1.350.000,00	5.303.947,41	6.653.947,41	17,69%
2014	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	2,25%
2015	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%
2016	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%
2017	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%
2018	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%
2019	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%
2020	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%
2021	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%
2022	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%
2023	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%
2024	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%
2025	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%
2026	1.000.000,00	5.803.947,41	6.803.947,41	0,00%

* - Valor estimado até final de 2012

Outro tanto valerá a pena referir no que toca à intervenção realizada no decurso de 2010 no sistema de execuções fiscais do Município, diretamente ligado a uma efetiva e ágil implementação dum modelo de liquidação e cobrança de taxas e tarifas.

Tratadas, ao longo de vários anos, nos âmbitos mais vastos das divisões de Administração Geral ou de Serviços Jurídicos e Contencioso, o serviço de execuções fiscais foi, com a reestruturação de 1 de janeiro de 2011, recolocado na Divisão de Administração Geral merecendo, dentro desta, autonomização técnica e de recursos humanos.

Em verdade, de um funcionário afeto em exclusividade no período anterior a 2011, o serviço viu-se, de então para cá, dotado de três assistentes técnicos e de dois técnicos superiores (juristas).

Esta alteração permitiu, no essencial, promover uma ligação efetiva e permanente com os serviços emissores das notas de liquidação a cobrar – permitindo construir soluções integradas e promovendo uma visão integrada do fenómeno creditório nas suas diversas fases – e intervir profundamente no modelo administrativo de gestão do processo de execução fiscal, introduzindo correções nos títulos executivos e procedendo, pela primeira vez, à realização integral de penhoras visando o cumprimento coercivo.

Tal evolução, que se procurará aprofundar ao longo do tempo, encontra-se, aliás, espelhada no quadro 18.

Quadro 18 – Evolução das cobranças em execução fiscal

(Valores em euros)

Ano	Valor cobrado	Δ%
2010	416.276,16	
2011	262.524,69	-36,93%
2012*	328.243,54	25,03%

* - Até 26 de Setembro de 2012

Impostos Diretos

Importa-nos, aqui, proceder à análise da evolução de quatro realidades que, ao longo do tempo e particularmente no último ano, vêm conhecendo desenvolvimentos diversos.

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) tem, paulatinamente, conhecido um crescimento anual na casa dos 10%, cifrando-se em 2011 nos €7.811.921,83.

De fato, apenas em 2012 o crescimento não foi tão acentuado, 5,39%, o que corresponde em valor absoluto a € 256.935, situação agravada, na prática e como supra se referiu, pela retenção de 7,5% do valor global do mesmo para encargos de cobrança (2,5%) e de reavaliação extraordinária de imóveis (5%).

Se retirarmos o valor dos encargos com a reavaliação extraordinária de imóveis, a taxa de crescimento do IMI até ao final de Agosto de 2012, é praticamente nula.

Ainda sobre esta reavaliação extraordinária importará ter em conta dois elementos que, quanto a nós, se afiguram de relevo:

O primeiro que, no quadro nacional e fruto do empenho dos técnicos municipais e dos avaliadores envolvidos, o Município do Barreiro é, neste momento e globalmente, o município com maior percentagem de reavaliações realizadas admitindo-se que, a um ritmo constante e salvaguardadas situações excecionais, o processo de reavaliação poderá, no Barreiro, ver-se concluído no ano de 2012.

O segundo que, não obstante o elemento anterior, optámos, novamente por política de cautela e contenção, considerar um aumento dos montantes liquidados a título de IMI em 2013 – relativos aos valores patrimoniais apurados em 2012 – de 10%, afastando-nos assim do montante previsível de 25% a que a Associação Nacional de Municípios Portugueses e mesmo o Governo vêm, em múltiplas situações aludindo.

Mais, se atendermos ao médio e longo prazo, voltamos mesmo aqui, cautelarmente, a contrair a potencial evolução do imposto em causa, uma vez que, para um aumento anual de 10% em 2013 e 2014, estabilizamos-nos 2,5% para os anos seguintes. (cfr. Quadro 19).

Já na Derrama e no Imposto Municipal sobre Transações (IMT) optámos, tendo em conta as expetativas de evolução económica e a experiência de anos anteriores, por projetá-los em resultados decrescentes num primeiro período. (cfr. Quadro 19).

Em relação ao IUC, optou-se por um aumento de 3% ao ano em todo o prazo deste programa. (cfr. Quadro 19).

Quadro 19 – Evolução dos impostos diretos

(Valores em euros)

Ano	IMI	IMT	Derrama	IUC	Total	Δ%
2009	6.640.625,95	2.921.277,66	841.367,43	1.002.556,54	11.405.827,58	
2010	7.251.244,64	3.917.032,62	767.166,43	1.050.135,24	12.985.578,93	13,85%
2011	7.811.921,83	2.099.439,95	833.146,83	1.113.732,40	11.858.241,01	-8,68%
2012*	8.400.000,00	1.750.000,00	400.000,00	1.150.000,00	11.700.000,00	-1,33%
2013	9.240.000,00	1.487.500,00	360.000,00	1.184.500,00	12.272.000,00	4,89%
2014	10.164.000,00	1.264.375,00	342.000,00	1.220.035,00	12.990.410,00	5,85%
2015	10.418.100,00	1.100.000,00	342.000,00	1.256.636,05	13.116.736,05	0,97%
2016	10.678.552,50	1.100.000,00	342.000,00	1.294.335,13	13.414.887,63	2,27%
2017	10.945.516,31	1.100.000,00	342.000,00	1.333.165,19	13.720.681,50	2,28%
2018	11.219.154,22	1.100.000,00	342.000,00	1.373.160,14	14.034.314,36	2,29%
2019	11.499.633,08	1.100.000,00	342.000,00	1.414.354,95	14.355.988,02	2,29%
2020	11.787.123,90	1.100.000,00	342.000,00	1.456.785,59	14.685.909,50	2,30%
2021	12.081.802,00	1.100.000,00	342.000,00	1.500.489,16	15.024.291,16	2,30%
2022	12.383.847,05	1.100.000,00	342.000,00	1.545.503,84	15.371.350,89	2,31%
2023	12.693.443,23	1.100.000,00	342.000,00	1.591.868,95	15.727.312,18	2,32%
2024	13.010.779,31	1.100.000,00	342.000,00	1.639.625,02	16.092.404,33	2,32%
2025	13.336.048,79	1.100.000,00	342.000,00	1.688.813,77	16.466.862,56	2,33%
2026	13.669.450,01	1.100.000,00	342.000,00	1.739.478,18	16.850.928,19	2,33%

* - Valor estimado receber até final de 2012

Transferências do Orçamento de Estado

Também nas verbas provenientes do Orçamento de Estado e tendo em conta a tendência regressiva das mesmas, optámos, de acordo com o princípio de não redução ínsito no memorando de entendimento entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo, por fixá-las nos valores recebidos em 2012, estabilizando-as para todo o prazo deste programa.

Refira-se, contudo, que o que a este título se mostraria importante era o efetivo cumprimento das regras constantes da Lei das Finanças Locais, promovendo um aumento real das transferências para os Municípios em 5% ao ano.

Tarifas de Águas e Resíduos

Pela consciência da dimensão pública e universal do serviço em causa e, pela exigência do seu reequilíbrio financeiro, esta é uma área que tem merecido, ao longo dos últimos anos, particular atenção (vd. Quadro 20).

A partir de 2009 foi realizado um conjunto de estudos – que culminaram na apresentação do estudo de evolução financeira dos serviços de águas e resíduos, na aprovação do Plano Geral de Águas e Saneamento e na aprovação do novo Regulamento Municipal de Águas e de Drenagem de Águas Residuais – que permitiram introduzir alterações e fixar objetivos claros na gestão do processo de captação, distribuição e abastecimento de águas, recolha de águas residuais e, bem assim, na recolha de resíduos.

Neste mesmo sentido, procedeu-se em 2011, com o acompanhamento da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, à adaptação do tarifário nos setores de saneamento, águas e resíduos o qual, no global, respeita as recomendações tarifárias emanadas.

Contudo, importará desde já reter alguns dados centrais:

Em 2009 o resultado global das tarifas de águas e resíduos fixava-se em € 7.030.219,99.

Em 2011 este valor havia crescido 6,28%, correspondendo a € 7.740.927,86.

No final de 2012, tendo em conta as receitas até agosto e as previsões efetuadas, o montante recebido crescerá 6,08% para € 8.211.941,64, representando, pela primeira vez, uma superação de 75% na taxa de cobertura.

Contudo, será necessário assegurar um aumento gradual do tarifário através das suas diversas componentes garantindo assim, num espaço de tempo razoável, a cobertura integral dos custos associados à atividade e, bem assim, a verba necessária à concretização do indispensável investimento (vd. Quadro 21).

Quadro 20 – Evolução das receitas provenientes das tarifas de água e resíduos

(Valores em euros)

Ano	Venda de água	Tarifa de utilização	Resíduos sólidos	Disponibilidade de serviço	Total	Δ%
2009	2.987.976,85	1.474.465,90	876.582,57	1.691.194,67	7.030.219,99	
2010	3.067.374,17	1.517.464,02	907.967,36	1.790.445,77	7.283.251,32	3,60%
2011	2.742.438,66	2.385.248,29	1.029.921,11	1.583.319,80	7.740.927,86	6,28%
2012*	2.419.447,60	3.057.090,40	1.346.591,84	1.388.811,80	8.211.941,64	6,08%
2013	2.504.128,27	3.240.515,82	1.546.591,84	1.437.420,21	8.728.656,14	6,29%
2014	2.591.772,76	3.434.946,77	1.855.910,21	1.487.729,92	9.370.359,66	7,35%
2015	2.682.484,80	3.641.043,58	2.227.092,25	1.539.800,47	10.090.421,10	7,68%
2016	2.776.371,77	3.841.300,98	2.650.239,78	1.593.693,48	10.861.606,01	7,64%
2017	2.873.544,78	4.052.572,53	3.114.031,74	1.649.472,76	11.689.621,81	7,62%
2018	2.974.118,85	4.275.464,02	3.658.987,29	1.707.204,30	12.615.774,46	7,92%
2019	3.078.213,01	4.489.237,22	4.207.835,39	1.766.956,45	13.542.242,07	7,34%
2020	3.185.950,46	4.713.699,08	4.839.010,69	1.828.799,93	14.567.460,17	7,57%
2021	3.185.950,46	4.713.699,08	4.839.010,69	1.828.799,93	14.567.460,17	0,00%
2022	3.185.950,46	4.713.699,08	4.839.010,69	1.828.799,93	14.567.460,17	0,00%
2023	3.185.950,46	4.713.699,08	4.839.010,69	1.828.799,93	14.567.460,17	0,00%
2024	3.185.950,46	4.713.699,08	4.839.010,69	1.828.799,93	14.567.460,17	0,00%
2025	3.185.950,46	4.713.699,08	4.839.010,69	1.828.799,93	14.567.460,17	0,00%
2026	3.185.950,46	4.713.699,08	4.839.010,69	1.828.799,93	14.567.460,17	0,00%

* - Valor estimado receber até final de 2012

Quadro 21 – Evolução da taxa de cobertura

(Valores em euros)

Ano	Custos operacionais				Receitas				Taxa de cobertura
	Água	Saneamento	Resíduos	Total	Água	Saneamento	Resíduos	Total	
2011	3.327.539,81	4.101.161,97	3.517.060,08	10.945.761,86	4.325.758,46	2.385.248,29	1.029.921,11	7.740.927,86	70,72%
2012	3.327.539,81	4.101.161,97	3.517.060,08	10.945.761,86	3.808.259,40	3.057.090,40	1.346.591,84	8.211.941,64	75,02%
2013	3.327.539,81	4.101.161,97	3.517.060,08	10.945.761,86	3.941.548,48	3.240.515,82	1.546.591,84	8.728.656,14	79,74%
2014	3.327.539,81	4.101.161,97	3.517.060,08	10.945.761,86	4.079.502,68	3.434.946,77	1.855.910,21	9.370.359,66	85,61%
2015	3.327.539,81	4.101.161,97	3.517.060,08	10.945.761,86	4.222.285,27	3.641.043,58	2.227.092,25	10.090.421,10	92,19%
2016	3.327.539,81	4.101.161,97	3.517.060,08	10.945.761,86	4.370.065,25	3.841.300,98	2.650.239,78	10.861.606,01	99,23%
2017	3.327.539,81	4.101.161,97	3.517.060,08	10.945.761,86	4.523.017,54	4.052.572,53	3.114.031,74	11.689.621,81	106,80%

MEDIDAS DE CONTROLO DE GESTÃO

Contabilidade de Custos, Orçamento, Controlo Orçamental e Controlo de Gestão

A vontade expressa e constatável ao longo do tempo de construir e sedimentar instrumentos que visem aumentar o conhecimento que, em cada momento, dispomos da estrutura municipal, do trabalho realizado e, particularmente, dos custos associados ao mesmo, é indissociável da necessidade de implementar um sistema de contabilidade analítica ou de custos.

Este, sabemo-lo, é um passo que os Municípios, por múltiplas circunstâncias, têm conhecido dificuldades em dar.

No Barreiro, já em 2011, procedeu-se à constituição de grupo de trabalho visando a implementação, com recurso exclusivo a meios internos, de um sistema de contabilidade de custos.

Atualmente, o trabalho desenvolvido permitiu encontrar, juntos das diversas Unidades Orgânicas Nucleares e tendo em conta as definições constantes do POCAL, uma linha comum de princípios orientadores que, por si, permitem:

- a) Identificar núcleos centrais da atividade do Município cujos custos associados importam conhecer num primeiro momento;
- b) Identificar, face à definição anterior, quais os custos diretos objeto de carregamento;
- c) Identificar, por exclusão, os custos indiretos associados a cada centro de custos.

Globalmente, prevê-se que 2012 seja, ainda, um período de definição de princípios e elementos orientadores, reservando-se para 2013 e primeiro semestre de 2014 o desenvolvimento do sistema e a sua efetiva implementação. (vd. Quadro 22).

Quadro 22 - Cronograma de implementação da contabilidade de custos

Acções:		2012	2013												2014	
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Definição do Grupo de Trabalho																
Proposta de plano de contas	Reuniões preparatórias	Executivo														
		Grupo de trabalho														
	Propostas dos serviços															
	Definição dos centros de custo															
Reunião AIRC																
Reunião com Grupo de Trabalho																
Parametrizações																
Definição de Rotinas																
Testes ao Sistema																
Funcionamento / Monitorização (análise de outputs)																

Contudo, reconhecer a relevância que um sistema fiável de contabilidade de custos pode assumir no conhecimento e controlo da atividade municipal não implica uma desvalorização ou menosprezo de outros instrumentos aos quais deve ser lançada mão.

O Orçamento Municipal é, dentre estes, aquele que mais facilmente poderemos reconhecer.

Mais que um instrumento previsional de receitas e despesas importa que o Orçamento Municipal seja um instrumento efetivo de uma gestão dinâmica, adaptado a previsões reais e continuamente acompanhado (e conseqüentemente corrigido) na sua aplicação e execução.

Outro tanto importará referir quanto à necessidade de implementação de novos instrumentos, a para e passo com o reforço de antigos, de controlo orçamental.

Este esforço, aliás, tem vindo a ser prosseguido com particular intensidade ao longo dos anos de 2011/2012, refletindo-se na recolha, tratamento e divulgação sistemática junto da estrutura de dados de execução orçamental.

Paralelamente, temos vindo a equacionar a melhor forma de consolidar mecanismos transversais de controlo de gestão, passando, eventualmente, pela institucionalização na nova estrutura a aprovar de funções específicas de controlo.

Auditoria Interna

O Município do Barreiro dispõe, desde 2007, dum Gabinete de Auditoria e Acompanhamento (GAA) ao qual incumbe promover as ações de auditoria interna constantes do Plano Municipal de Auditoria. (cfr. Quadro 23)

Quadro 23 – Atividade do Gabinete de Auditoria Interna

Verificação do cumprimento do grau de execução de	Período apreciado	Início	Fim
Deliberações da CMB - Fase I	Jun-07 a Set-07	Ago-07	Abr-08
Despachos do Presidente e Vereação - Fase I	Fev-07 a Ago-07	Nov-07	Jun-08
Deliberações da CMB - Fase II	Out-07 a Dez-07	Abr-08	Jul-08
Deliberações da CMB - Fase III	Jan-08 a Jun-08	Nov-08	Mar-09
Despachos do Presidente e Vereação - Fase II	Set-07 a Jun-08	Dez-08	Abr-09
Deliberações da CMB - Fase IV	Jul-08 a Dez-08	Jun-09	Out-09
Recomendações dos Relatórios da Auditoria Nº 16/03; Nº 632CTA/2000 I.G.Finanças	Jul-09 a Dez-09	Set-09	Dez-09
Despachos do Presidente e Vereação - Fase III	Jul-08 a Mai-09	Jul-09	Jan-10
Deliberações da CMB - Fase V	Jan-09 a Dez -09	Mar-10	Set-10
Regulamentos Municipais - Fase I "Concelhos Municipais"		Abr-10	Out-10
Regulamentos Municipais - Fase II "Áreas de Educação e Socio-Culturais"		Mai-10	Dez-11
Despachos do Presidente e Vereação - Fase IV	Jun-09 a Dez-09	Dez-09	Mai-11
Disposições Legais - Entradas/Saídas-Saldos Tesouraria		Jan-11	Dez-11
Movimentos, Saldos e Tesouraria Municipal		Jan-11	Dez-11
Plano de Pervenção de Riscos de Gestão Mun.Brr - Fase I	Jan 10 - Dez 10	Jan-10	Dez-10
Plano Global de Ação de Auditoria Interna - Proposta de 3ª Revisão			Mai-11
Relatório Final SIADAP - GAA 2010	Jan 10 - Dez 10		07-04-2011
Deliberações da CMB - Fase VI	Jan 10 - Dez 10	Dez-11	Mai-12
Despachos do Presidente e Vereação - Fase V	Jan-10 a Dez-10	Fev-12	em conclusão
Plano de Pervenção de Riscos de Gestão Mun.Brr - Fase II	Jan 11 - Dez 11	Jan-12	Mai-12
Auditoria à DINT (Informática)		Jul-12	em curso

Ao GAA cabe ainda promover a verificação e adaptação da Norma de Controlo Interno existente (publica em Diário da República em 13 de Setembro de 2000). A revisão da mesma, tendo em conta a necessidade de se proceder a uma reestruturação de serviços até final de 2012, encontra-se prevista para 2013.

Instrumentos de Controlo e Gestão

Vem-se procedendo a um trabalho de organização dos instrumentos de controlo e gestão ao dispor dos serviços consubstancia na produção, aprovação e implementação de um leque alargado de regulamentos que permitam, designadamente, racionalizar a utilização de bens e equipamentos municipais, bastas vezes associando-os às alterações introduzidas em matéria de revisão de taxas e tarifas.

Fruto deste trabalho, foram aprovados os regulamentos:

- a) De utilização da Biblioteca Municipal do Barreiro;
- b) De utilização do Auditório Municipal Augusto Cabrita;
- c) De utilização do Convento da Madre de Deus da Verderena;
- d) De utilização do Varino “Pestarola”;
- e) De Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais;
- f) De Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos;
- g) De utilização do Espaço J;
- h) De fixação de regras de acesso, atribuição e gestão de habitações municipais;
- i) De utilização das Piscinas Municipais;
- j) De utilização do cartão-jovem municipal;
- k) De funcionamento da Universidade da Terceira Idade;
- l) De utilização do pavilhão municipal “Luís ed Carvalho”.

Encontrando-se em fase de revisão, preparação ou discussão os regulamentos:

- a) De gestão e utilização da frota municipal (conclusão prevista para 1.º semestre de 2013);
- b) De telecomunicações (conclusão prevista para 1.º semestre de 2013);
- c) De cemitérios (conclusão prevista para 1.º semestre de 2013);
- d) Do Parque da Cidade (conclusão prevista para 1.º semestre de 2013);

III. Conclusão

Aqui chegados, importa, a título conclusivo, traçar algumas diretrizes centrais que, envolvendo as ações já adotadas com o seu impacto futuro, permitam aferir da razoabilidade e assertividade do percurso proposto e das suas repercussões económico-financeiras na vida do Município.

Uma vez mais, começaremos por debruçar-nos sobre as medidas adotadas no segmento despesa, olhando, depois, para as intervenções propostas para a receita.

Despesa

- a) Redução global, com ulterior estabilização, do número de dirigentes em 57% tendo em conta os valores atuais dando assim, concretização às imposições legais;
- b) Decréscimo do número de trabalhadores em 2,10%, tendo em conta os valores extremos de 2012 e 2013, assumindo, de 2014 em diante, uma política de admissões de uma admissão por cada saída tendo por referência o *ratio* de dez trabalhadores por cada mil habitantes;
- c) Contenção da massa salarial até 2013 com ulterior progressão associada à previsão do aumento salarial mencionado no presente estudo;
- d) Decréscimo do número de horas extraordinárias e dos custos até 2012, com estabilização posterior a 2013 tendo por referência os valores do ano anterior;
- e) Diminuição do valor dos contratos no período 2009/2012 estimando-se reduções adicionais de 5% do mesmo valor em 2013 e de 10% até 2016;
- f) Redução do valor das rendas no período 2009/2012 com estabilização a partir de 2013 em montante inferior a €200.000,00/ano;
- g) Decréscimo do valor das aquisições – incluindo quebra de €5.000.000,00 no período 2011/2012 – estimando-se redução adicional de 5% em 2013 com ulterior estabilização;
- h) Redução dos consumos próprios, designadamente com iluminação pública e gasóleo, nos valores a apurar no final de 2012;
- i) Estabilização dos apoios atribuídos tendo em conta os valores apurados em 2012, com previsão de readequação em 2014 no montante de €150.000,00, fruto da reponderação do modelo de fornecimento de refeições escolares;
- j) Aumento do serviço da dívida em 2013, fruto da adesão ao PAEL, com sequente e progressiva redução até integral liquidação em 2026.

Receita

- a) Previsão de receita possível decorrente da venda de bens de capital e incremento concessões em € 185.365,45, não computada para efeitos da presente análise fruto da incerteza na sua realização;
- b) Aproximação progressiva dos montantes globais liquidados em taxas e tarifas, com vista a atingir o equilíbrio entre receitas e custos de funcionamento (de acordo com o previsto na legislação em vigor) com composição complexa tendo em conta os vários segmentos que compõem esta receita;
- c) Aumento do valor dos impostos diretos, mormente por via do IMI e IUC (com concomitantes decréscimos na Derrama e IMT), abaixo dos valores tendenciais apontados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e pelo Governo;
- d) Previsão de manutenção dos montantes a receber via Orçamento de Estado de acordo com o princípio de não redução plasmado no memorando de entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- e) Trabalho contínuo ao nível das águas e resíduos, visando a consolidação de uma taxa de cobertura financeira superior a 100%.

Estes dados, representativos, por si só, de uma estratégia de futuro e de um percurso no passado, não podem, todavia, deixar de ser integrados com os demais elementos que compõem a presente candidatura.

Em rigor, olhando-os enquanto medidas segmentadas face ao quadro geral – umas incidindo sobre a despesa, outras sobre a receita, outras ainda sobre o desenvolvimento de mecanismos e instrumentos de controlo e gestão – corremos o risco de esquecer que é do seu conjunto e da forma como os seus impactos se cruzarão ao longo do tempo que advirão os resultados que hoje procuramos.

Como temos constatado ao longo do tempo, cada medida é, em si mesma, necessária e insuficiente. É a floresta que nos dá a resposta, não a árvore.

Neste sentido, optámos por encerrar o Plano com um gráfico (vd. Gráfico 1) que, cruzando os resultados das medidas aqui preconizadas com as projeções financeiras constantes dos mapas anexos, nos dê essa resposta.

Pensamos que o mesmo é elucidativo.

Gráfico 1 – Evolução da despesa e da receita 2009 – 2026

